

Planejamento estratégico reforçará inserção no mercado externo

Um novo instrumento, que poderá promover outras mudanças na balança comercial da cadeia produtiva farmacêutica é o Planejamento Estratégico para Internacionalização do Setor, mais uma ação de entidades representativas da indústria nacional e da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex-Brasil.

“Essa iniciativa é uma das ações do Projeto Setorial Integrado desenvolvido pela Apex-Brasil em parceria com o mercado”, explica o presidente da instituição, Mauricio Borges. Ele antecipa que o documento já está em estágio avançado de elaboração e vai propor medidas que estão sendo discutidas com órgãos governamentais e a iniciativa privada.

“Uma das necessidades identificadas pelo setor é a de consolidar a imagem do produto farmacêutico brasileiro no mercado internacional, tendo como referência o marco regulatório vigente no País, estabelecido a partir da criação da Anvisa, e alinhado com as exigências e padrões internacionais”, frisa o executivo da Apex-Brasil.

Com o objetivo de incrementar as exportações, a iniciativa visa estruturar e executar ações de promoção comercial das empresas da cadeia produtiva farmacêutica brasileira em mercados internacionais prioritários, buscando o aumento das exportações, a troca de tecnologia, a atração de investimentos e a internacionalização das empresas do setor.

Mauricio Borges revela que atualmente quinze empresas participam do Projeto, que tem como mercados-alvo países da América Latina e ou-

tros, como Rússia, Alemanha, Espanha, Arábia Saudita, Angola e África do Sul. “Em 2010, dez empresas integrantes do Projeto exportaram US\$ 63 milhões. Quase a metade desse valor é de exportações para a Argentina. Mas Turquia, México, Chile, Uruguai e Venezuela estão entre os principais destinos de vendas do setor”, afirma.

Ele também faz um balanço positivo do Projeto Setorial Integrado – PSI de Farmoquímicos e Farmacêuticos, coordenado pela **abiquifi**, assegurando que o mesmo tem reportado resultados expressivos e recebido avaliação positiva das empresas participantes. “Na América Latina, onde estão nossos principais mercados-alvo, as ações visam fortalecer as relações comerciais e abrir oportunidades para novas parcerias, ampliando a participação das empresas brasileiras”, diz o dirigente da Apex-Brasil.

Isso é feito principalmente por meio de visitas de empresários e representantes das agências reguladoras de países da região ao Brasil, que conhecem as instalações da Anvisa em Brasília e as plantas de produção de empresas farmoquímicas e farmacêuticas brasileiras. “Além disso, o Pavilhão do Brasil na Feira Internacional de Farmoquímicos e Intermediários – CPhI Worldwide, realizada anualmente na Europa, dá visibilidade à indústria brasileira, que participa do evento há mais de 15 anos”, complementa.

Segundo Mauricio Borges, em 2011 iniciou-se um novo estágio do ciclo de maturidade do PSI, com o pla-

Divulgação Apex-Brasil



Mauricio Borges,
Presidente da Apex-Brasil

nejamento estratégico setorial. “A partir dele, as empresas, entidades e os governos começam a entender o enorme potencial de exportação do setor e se envolvem ainda mais no esforço exportador”, destaca.

“Assim, com uma construção coletiva e comprometida, a proposta de ações para

os próximos anos inclui aumentar a visibilidade internacional do sistema regulatório brasileiro e buscar a harmonização regulatória com outros países; aumentar a participação das empresas do PSI em mercados prioritários; promover a cultura da internacionalização junto às empresas do setor, além de ampliar os instrumentos de apoio a esse processo, que inclui a abertura de filiais e a aquisição de unidades no exterior”, pontua o presidente da Apex-Brasil.

Ele observa que o PSI apresenta resultados expressivos no crescimento das exportações, na integração das empresas e na organização do setor. “Por ser um setor regulamentado, que depende da obtenção de licenças para exportação, há necessidade de um trabalho diferenciado, que resulte na geração de negócios”, diz o executivo. “A evolução alcançada nos dois anos de desenvolvimento do Projeto mostra que estamos no caminho certo. O planejamento estratégico setorial aponta novas possibilidades que nos levarão a atingir os objetivos com maior precisão”, conclui Mauricio Borges.

EXPEDIENTE



Conselho de Administração da abiquifi:

Presidente: José Correia da Silva (Formil); Vice-Presidente: Jacó Tormes (Eli Lilly); Diretor-Secretário: Vanessa Batista (Diosynth); Diretor-Tesoureiro: Marcelo Castro (Nortec Química); Diretor-Técnico: Edson Luiz da Silva Lima (Cristália); Presidente-Executivo: Onésimo Ázara Pereira; Editor: Renato Libanio (MT-7.896/29/63)

Sede Social – Rio de Janeiro: Av. Calógeras, 15/10º andar – Centro – CEP: 20030-070 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: 55 21 2220-3005 – Fax: 55 21 2524-6506 – e-mail: abiquifi@abiquifi.org.br – Portal: www.abiquifi.org.br

Escritório – São Paulo: Rua Alvorada, 1.280 – CEP 04550-004 – Vila Olímpia – São Paulo – Brasil

Tel.: 55 21 3897-9779 – e-mail: atendimento_psi@abiquifi.org.br

Projeto Gráfico – AMA Publicações Ltda.: Tel./Fax: 55 21 2553-6391 – e-mail: ama@amapublicacoes.com.br

(Maio de 2011)



Um Olhar Sobre o Mundo

Número 82

NOVOS PATAMARES NAS EXPORTAÇÕES DE INSUMOS FARMACÊUTICOS E MEDICAMENTOS

US\$ FOB **1.697.735.992,00** EM 2010



Ministério da Saúde

Carlos Augusto Graboys Gadelha, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE.
Págs. 2 e 3

abiquifi

José Correia da Silva, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos Farmacêuticos. **Págs. 5 e 6**

Sindusfarma

Nelson Mussolini, Vice-Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo. **Pág. 7**

Apex-Brasil

Maurício Borges, Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. **Pág. 8**

Os avanços no comércio exterior de insumos farmacêuticos

Com o aumento das exportações e novos índices no comércio exterior, além das políticas da área de saúde que vêm incentivando a produção local com a premissa de assegurar o acesso da população aos medicamentos, um novo cenário começa a despontar para a indústria de insumos farmacêuticos, depois de uma década de luta aguerrida para alavancar o setor e dar maior visibilidade às companhias brasileiras no mercado internacional

Por **Beatriz Cardoso**

O crescimento recorde registrado pela economia brasileira em 2010 teve também uma contribuição do setor de insumos farmacêuticos, que, respaldado na qualificação consolidada nas últimas décadas, vem investindo firme na conquista de maior espaço não somente no Brasil (que é o nono maior do mundo para a cadeia produtiva farmacêutica) como também no mercado internacional.

Embora continue deficitária, os números da balança comercial brasileira desse setor mostram um importante avanço consolidado pela indústria farmoquímica, que, no ano de 2010, pela primeira vez em mais de uma década, teve um crescimento de 35% de suas exportações, enquanto as importações de princípios ativos e adjuvantes sofreu uma elevação de 14,8% no mesmo período.

O volume financeiro das vendas externas superou a casa dos US\$ 500 milhões, saltando de US\$ 441 milhões, em 2009, para US\$ 596 milhões no ano passado. Nesse mesmo período, as compras de farmoquímicos no exterior passou de US\$ 2,108 bilhões para US\$ 2,421 bilhões. A dependência do País em relação a esses insumos essenciais para a produção de medicamentos está refletida no saldo negativo de US\$ 1,825 bilhão dessa balança comercial.

Esse déficit se repete também no gigantesco segmento de medicamentos, que teve um saldo negativo de US\$ 4,5 bilhões em 2010, ainda que tenha registrado um marco histórico nas vendas externas, que somaram US\$ 1,1 bilhão (um crescimento de 16,5% em relação ao ano anterior), enquanto as importações totais de medicamentos,

Thainá Salviato/MS



Carlos Gadelha, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde

foram de US\$ 5,6 bilhões – 38% acima do volume registrado no ano anterior.

Na ponta do lápis, as compras dessa cadeia produtiva (farmoquímicos, insumos, vacinas, derivados de sangue e medicamentos acabados) somaram US\$ 8,36 bilhões, enquanto que as vendas totalizaram US\$ 1,697 bilhões, resultando num déficit de mais de US\$ 6,663 bilhões.

É bem verdade que houve alguns fatores que pesaram significativamente para esse saldo negativo. Entre eles, o aumento de nada menos que 76,6% nas compras externas de vacinas para uso humano e de derivados do sangue, em decorrência de ameaças de epidemia – gripe suína (H1NI), gripe aviária (H5N1), entre outras anunciadas fartamente pela imprensa. O governo pagou o preço da demora na reação inicial a essas epidemias, que acabaram não tendo as mesmas dimensões que as ocorridas em outros países.

Mercado mais forte

O que é extremamente positivo é o fato de que a política que busca garantir o acesso da população aos medicamentos, um dos focos prioritários do governo nos últimos anos, tenha se refletido em um aumento da produção nacional para atender ao maior mercado da América Latina. E ainda que a demanda de princípios ativos por parte dos laboratórios tenha sido atendida em grande parte pelas importações, a indústria farmoquímica local tem boas oportunidades de negócios no exterior.

Daí as vendas externas de mais de meio bilhão (quase US\$ 600 milhões), que equivalem a 25% das importações, enquanto que essa relação era bem menor, de pouco mais de 17%, em 2001, quando o Brasil comprava US\$ 910 milhões em farmoquímicos no exterior e vendia pouco mais de US\$ 165 milhões. O fato é que enquanto as importações cresceram em torno de 156% na última década, a indústria brasileira incrementou em mais de 261% suas vendas para outros mercados.

Esses avanços são considerados importantes por Carlos Augusto Grabois Gadelha, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE do Ministério da Saúde. “Essa evolução é interessante. As políticas de governo para viabilizar o acesso da população aos medicamentos, além de promover o crescimento do mercado local, estão contribuindo para a indústria brasileira expandir sua capacidade produtiva e se qualificar para ter maior inserção internacional”, avalia.

“Há um duplo movimento: o de substituição das importações e aumento das vendas externas”, destaca

Gadelha, que foi pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/Fiocruz, onde, como Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde, desenvolveu estudos sobre o complexo industrial da saúde, que resultaram na política nacional, em curso, de desenvolvimento das potencialidades da indústria de saúde no Brasil.

“O foco da política industrial do governo na área de saúde é fomentar o desenvolvimento do mercado interno e assegurar o acesso a esses bens e o atendimento à demanda doméstica, alavancando a indústria e dando a ela escala para que possa aumentar sua capacidade produtiva e incrementar suas exportações”, ponderou Gadelha. “Não queremos reproduzir um padrão indiano, de uma indústria local dinâmica, exportadora, mas no qual a população não tem acesso a esses bens”, frisou.

Ele reitera que é importante reduzir cada vez mais o déficit na balança comercial. “Caso contrário, se a economia mundial ‘pegar uma gripe’ o Brasil teria uma ‘doença crônica degenerativa’, diante da dependência das importações. O eixo da política brasileira é de acesso com qualidade: a política tecnológica e de desenvolvimento produtivo está vinculada à ampliação do acesso”, pontua. “Dessa forma, haverá mais legitimidade para financiamentos e acesso ao mercado público (compras do Estado), assim como um ambiente regulatório favorável”.

Indústria mais verticalizada

Gadelha destaca que a indústria deve ter uma participação mais forte no mercado brasileiro, principalmente na produção de farmoquímicos para os genéricos. “Isso é estratégico e estamos avaliando como estimular, inclusive ouvindo os setores, por meio de entidades representativas como a Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos Farmacêuticos – **abiquifi**”.

Ele lembra que a política de genéricos aumentou a participação das empresas no mercado nacional. “Os genéricos tiveram uma grande evolução, respondendo hoje por 20% do mercado. No entanto, esse crescimento não teve o mesmo impacto positivo no setor farmoquímico. A indústria de genéricos ainda é pouco verticalizada: não

‘puxou’ a produção nacional de princípios ativos. O potencial está aquém da capacidade desse setor”, afirma.

Uma das prioridades hoje é tornar a produção de genéricos mais verticalizada, para que haja um incremento não somente na formulação de medicamentos, mas também de fabricação de princípios ativos no País. “A premissa é produzir produtos estratégicos que tenham alto impacto na saúde da população. Por exemplo, lançamos a gratuidade na Farmácia Popular para medicamentos de hipertensão e diabetes. Estamos ampliando o acesso, mas



Enquanto as importações cresceram em torno de 156% na última década, a indústria brasileira incrementou em mais de 261% suas vendas



isso tem que se transformar também em melhoria da capacidade produtiva de princípios ativos”, observa Gadelha.

Segundo ele, o governo vai reforçar ainda mais algumas diretrizes que tiveram impacto positivo na indústria nacional. “É preciso avançar no uso estratégico do poder de compra do Estado para estimular a produção nacional. Mas é necessário evoluir em relação à questão do marco regulatório, para dar maior estabilidade ao gestor para utilizar esse poder de compra”, analisa.

Ele lembra que já houve mudanças nesse cenário, com a lei 12349/2010, que alterou a Lei 8666/1993 e instituiu preferência nas compras públicas para bens e serviços produzidos no País com desenvolvimento de tecnologia e inovação. “O mercado e a indústria brasileira fazem parte do nosso patrimônio: não se trata de comprar produto nacional ainda que mais caro e sim ampliar o acesso, consequentemente, incrementar a produção nacional. Gastamos no acesso e não no custo do produto unitário, fo-

mentando a produção e gerando preços mais competitivos”, assegura Gadelha.

Ele destaca que outro aspecto importante do conjunto de medidas adotado pelo Ministério da Saúde nesse sentido visa avançar na regulamentação da saúde, com foco nos produtos mais estratégicos.

“Usar o poder de compra, a regulação e o financiamento. Se fecharmos esse triângulo, iremos avançar na produção de produtos de maior valor agregado no Brasil”, diz, categórico.

Produção de moléculas

Quanto à produção local de moléculas, que hoje são importadas, ele frisa que essa estratégia vai além da substituição da importação. “Já saímos da fase de simples imitação para uma imitação criativa: há um aperfeiçoamento nas moléculas que estão sendo produzidas no País, assim como temos casos pontuais de geração de moléculas novas no mercado mundial”, garante o Secretário.

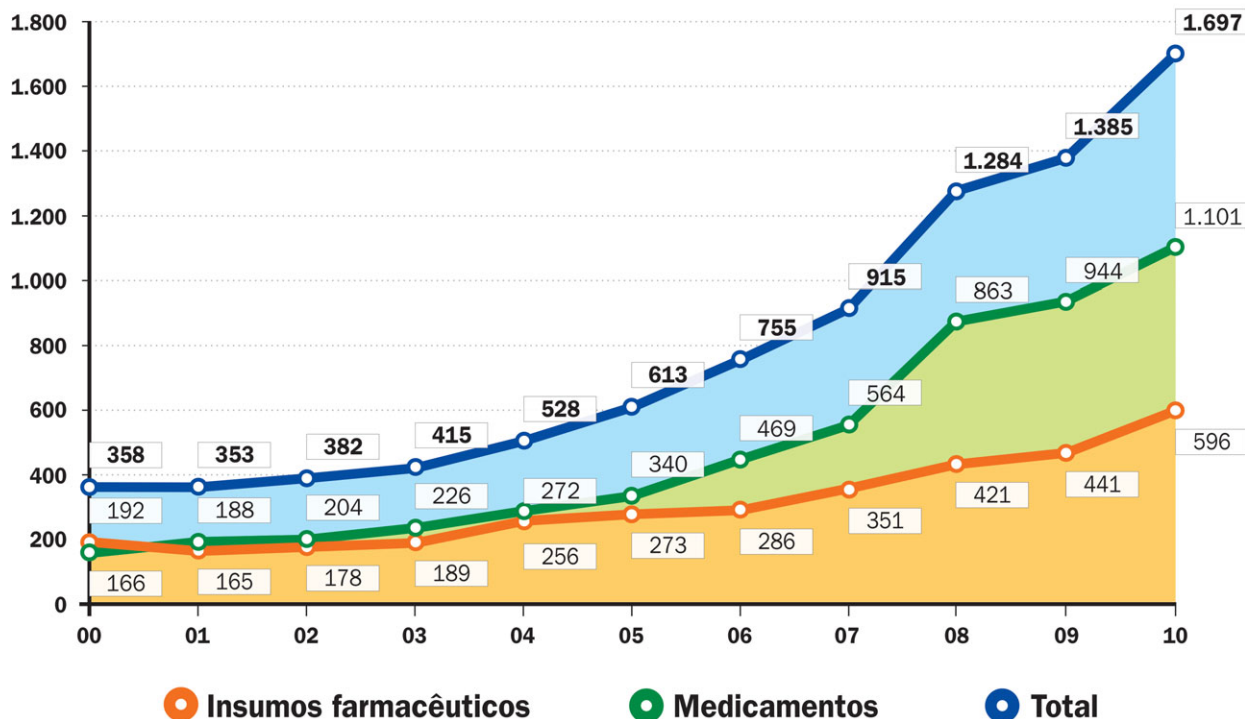
Segundo ele, o Brasil segue o roteiro típico de desenvolvimento da indústria farmoquímica-farmacêutica de outros países, como Índia e China. “Primeiro, é necessário fortalecer a capacidade produtiva, produzindo moléculas que não são novas no mundo, mas são no mercado local. Isso dá musculatura e capacidade à indústria, que começa a empregar engenheiros químicos, a ter pessoal qualificado e a fazer parcerias com universidades. Isso é fundamental para darmos um salto da imitação criativa para a inovação”.

Gadelha lembra que todas as parcerias público-privadas – PPPs do setor envolvem a produção local de moléculas antes importadas. “Trata-se de um grande programa de desenvolvimento tecnológico brasileiro. Não é um programa clássico de substituição da importação. As PPPs se voltam para produtos que tem plataformas tecnológicas e para os quais o País estará se qualificando, para que possamos dar esse salto da inovação”, ressalta.

“Não é um salto simples nem rápido e demanda políticas persistentes, de médio e longo prazo, para que o Brasil possa dar vôos mais altos, dentro de um horizonte estratégico de produção de farmoquímicos”, conclui.

Exportações brasileiras de medicamentos e insumos farmacêuticos

US\$ FOB Milhões – 2000 a 2010



Exportações da cadeia produtiva farmacêutica somam US\$ 1,697 bilhão em 2010

As exportações de medicamentos brasileiros, pela primeira vez, superaram o patamar do bilhão de dólares. Com US\$ 1,101 bilhão em exportações em 2010, contra US\$ 944 milhões em 2009, o crescimento registrado foi de 16,6%.

Já as exportações de insumos farmacêuticos (farmoquímicos e adjuvantes farmacotécnicos) atingiram US\$ 596,3 milhões em 2010, contra US\$ 441,7 milhões em 2009, registrando expressivo aumento de 35%.

Somados os resultados das exportações das indústrias farmacêutica e de insumos farmacêuticos o resultado foi de US\$ 1,697 bilhão em 2010, contra US\$ 1,385 bilhão em 2009 (crescimento de 22,5%).

Montante que revela a grandeza da cadeia produtiva farmacêutica brasileira.

Tomando como base os números do Ministério do Desenvolvimento, US\$ 1,697 bilhão em exportações em

2010 garante à cadeia produtiva farmacêutica o posto de 14ª maior exportadora brasileira de produtos industriais e de 3ª maior exportadora de produtos industriais de alta tecnologia.

10 principais insumos farmacêuticos exportados em 2010 (por códigos específicos da TEC – US\$ milhões FOB)

ésteres e sais de lisina	45,6
heparina	41,5
virginamicina	41,3
sulfato de condroitina	15,6
HCG	10,7
quercetina	8,3
nitrato e cloridrato de pilocarpina	6,4
outras cefalosporinas	3,3
cefaclor / cefalexina	3,3
monensina sódica	2,9

Os desafios da internacionalização e incremento da produção

As entidades representativas da cadeia produtiva farmacêutica comemoram avanços e reafirmam posição de seguir adiante na estratégia de expansão no mercado local e internacional

A demanda crescente por bens que são fundamentais para a saúde, aliada às políticas de governo para ampliar o acesso a medicamentos, assim como o aquecimento da economia, levam a indústria brasileira a se posicionar com prudência em relação ao futuro. Mas todos reconhecem que, a despeito dos desafios, foi uma década de importantes conquistas.

Não somente do ponto de vista das vendas internas e crescimento da produção como também em relação à questão da qualificação da indústria e reconhecimento do alto padrão de qualidade dos produtos brasileiros. Nesse sentido, um dos marcos mais importantes, entre outros, foi a criação Laboratório de Análise de Medicamentos e Insumos (LAMI), na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), inaugurado em 2008, fruto de um movimento que reúne diversas instituições e entidades.

Uma delas é a Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos Farmacêuticos – **abiquifi**, que iniciou a década com melhores perspectivas, diante dos números da balança comercial, principalmente no que se refere ao incremento das exportações.

“O aumento das exportações é o resultado do trabalho de afiliados e não-afiliados que acreditam na aventura da exportação”, diz José Correia da Silva, Presidente da **abiquifi**, comemorando a superação de duas barreiras: a dos US\$ 500 milhões/ano em exportações de farmoquímicos e insumos farmacêuticos, e de US\$ 1 bilhão, de medicamentos acabados.

“Isso é fruto de muito trabalho pgresso e da necessidade do empresário brasileiro trabalhar muito mais na direção da qualificação industrial, profissional e documental de seus



José Correia da Silva,
Presidente da **abiquifi**

produtos e processos”, afirma. Isto vale para os fabricantes de insumos farmacêuticos ativos e não ativos. “Vale, principalmente, para o setor farmacêutico, que a cada dia valoriza mais a qualificação de seus fornecedores.”

Ele lembra que o Brasil é dependente das importações devido ao fato do País ter um parque industrial farmoquímico muito pequeno. “Essa situação brasileira é igual a de uma centena de países porque as condi-



O governo tem que transformar a questão de exportação e internacionalização no setor farmoquímico-farmacêutico em uma questão de ‘Estado’



ções de produção são muito menos favoráveis aqui do que nos grandes países produtores (China e Índia), especialmente quando temos uma situação de paridade cambial como agora”, frisa o dirigente. “Se aliarmos a isso os altíssimos custos em impostos diretos e indiretos, um marco regulatório sério e um custo interno muito alto, em comparação com estes concorrentes, temos o porquê dessa situação”, acrescenta.

Ação conjugada

Para José Correia, o ideal é que as importações correspondam a não mais que o dobro das exportações. “Nossa grande meta no momento é mobilizar toda a cadeia produtiva em prol desse movimento de internacionalização da indústria e incremento das exportações, revela o dirigente. “Assegurada esta priorização, poderemos ter projetos conjuntos que facilitem a inserção internacional dos laboratórios brasileiros e que possam ampliar o uso das instalações brasileiras como plataformas de exportações para as empresas de capital estrangeiro”.

Segundo ele, atualmente é muito mais interessante para a cadeia produtiva importar medicamentos prontos do que realizar pesquisas e desenvolvimento local, para depois submeter estes resultados à Anvisa. “O fato é que o Brasil não é hoje um País amigável para a produção farmoquímica ou farmacêutica. A conscientização sobre este fato é a primeira tomada de decisão que o governo deve fazer”, alerta o Presidente da **abiquifi**.

José Correia acredita que é perigoso fazer prognósticos sobre a evolução da balança comercial no longo prazo, principalmente no que diz respeito a reduzir a dependência dos importados em uma área tão vital. “A luta é sempre pela redução, pois

déficit nesse segmento é uma característica de quase todos os países, exceto Índia, China e outros poucos, que tem mercados menores”, diz o dirigente.

“Mas esta situação só é possível devido ao fato destes países terem um controle muito forte do segmento e incentivarem a produção local com subsídios, além de permitir alguns desvios de boas práticas de fabricação e controle”, pontua José Correia. “Quando estas excrescências forem corrigidas, muito provavelmente, estes países também serão deficitários”.

Para o dirigente, considerando a evolução das exportações do setor farmacêutico é possível buscar resultados mais interessantes se houver um movimento de priorização para se atingir este objetivo. “A importação tem sido altamente incentivada pela valorização do real. Mas estamos estudando como poderemos interagir com o governo para ter melhores resultados”, explica José Correia. Nesse sentido, há um projeto conjugado para organizar ações coordenadas visando a internacionalização da cadeia produtiva, de forma a perseguir um equilíbrio na balança comercial do setor, no médio prazo.

A iniciativa está sendo discutida no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, Apex-Brasil – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, juntamente com os ministérios da Saúde e de Ciência e Tecnologia – MCT e as entidades empresariais do setor.

“O governo tem que transformar a questão de exportação e internacionalização no setor farmacêutico-farmacêutico em uma questão de ‘Estado’, em que toda a cadeia produtiva e os organismos estatais entendam a necessidade de exportar como uma meta a ser cumprida”, frisa o Presidente da **abiquifi**. “Incentivar a empresa que se dispuser a exportar ou substituir produtos importados é um desafio econômico industrial. Mas tem que ser feito muito rapidamente”.

PSI: balanço positivo



Uma das estratégias implementadas pela **abiquifi** e entidades do setor em parceria com Apex-Brasil e FINEP para incrementar o comércio exterior da indústria brasileira é o Projeto Setorial Integrado – PSI de Farmoquímicos e Farmacêuticos

Criado em 2008, essa iniciativa prevê uma série de ações para dar maior visibilidade à indústria brasileira no mercado internacional, tendo como principais pontos a confiabilidade e qualificação do parque produtivo nacional.

“O balanço é muito positivo, principalmente porque promovemos uma mudança de paradigma ao levamos empresários do setor para outros países, de forma a conhecerem melhor esses mercados assim como para exporem as suas vantagens competitivas. Desse ponto de vista, é um grande sucesso”, afirma Correia, destacando que essa iniciativa é pioneira na região.

“Nosso Projeto é único, pois somos o maior produtor de princípios ativos farmacêuticos da América Latina. É muito difícil para um país, sem ter um mercado global, interagir para promover a redução das importações. Mas, é certo que temos várias lições a aprender com alguns de nossos vizinhos e ainda mais com países de maior desenvolvimento industrial”, acrescenta.

As parcerias público-privadas também são vistas como mais um instrumento importante para o desenvolvimento da cadeia produtiva, assim como para a produção de novas moléculas. “É mais uma ferramenta a contribuir para o esforço nacional no sentido de buscar melhores resultados na luta pela exportação e atendimento ao mercado interno, além de garantir condições especiais para empresas que queiram investir em moléculas de largo uso pelo governo para fabricação de medicamentos essenciais”, ressalta o Presidente da **abiquifi**.

José Correia lembra ainda que, além das ações em busca de maior inserção no mercado externo, crescimento do mercado doméstico e expansão da capacidade produtiva instalada, há outro ponto extremamente positivo: há várias empresas novas, em incubadoras pelo País afora, que também poderão vir a desenvolver um ou mais produtos que hoje são importados, reduzindo ainda mais a dependência brasileira e o déficit comercial.

Indústria quer reforçar competências e consolidar vantagens comparativas

O mesmo balanço positivo do PSI é feito por Nelson Mussolini, Vice-Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo – Sindusfarma, que apóia integralmente o Projeto, que é coordenado pela **abiquifi**. “Entendemos ser um caminho importante para o desenvolvimento da indústria brasileira. Estamos no início, mas, certamente, vamos conseguir aglutinar nossos associados nesse importante Projeto”, avalia.

Em relação ao incremento das vendas externas ele reconhece que foi um grande avanço. “A tendência de crescimento das exportações de medicamentos e farmacêuticos registrada na última década é auspiciosa e indica que a cadeia produtiva farmacêutica instalada no Brasil qualificou-se tecnológica e comercialmente, e está preparada para conquistar os mercados externos, contribuindo assim para aumentar a participação brasileira no comércio global”, analisa.

Contudo, ele ressalta que a questão da balança comercial do setor é peculiar e precisa ser melhor entendida. “Pouquíssimos países no mundo – inclusive os mais desenvolvidos – têm saldo positivo na área farmacêutica, pois uma boa gestão da saúde pública e privada não se atém exclusivamente a aspectos meramente econômicos”, observa.

Mussolini pondera que, para atender à justa e crescente demanda das pessoas por bem-estar e qualidade de vida, governos são premidos a atendê-la. Ele explica que novas doenças surgem ou velhas enfermidades ganham contornos epidêmicos e exigem gastos inesperados e urgentes. Medicamentos e equipamentos médico-hospitalares são imprescindíveis, mas custam caro, por exigirem elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que

demoram muito tempo para se materializar.

“O foco da questão, portanto, não é aritmético, de soma e subtração. O objetivo fundamental das políticas setoriais deve ser o de criar competências e vantagens comparativas num ramo estratégico e inovador, no sentido de alavancar o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do País”, pontua.

Ciente de que cabe ao setor privado fazer a sua parte, ele aponta para algumas ações implementadas pela entidade. “As principais propostas que o Sindusfarma tem discutido nos últimos anos com o governo, parlamentares e especialistas, giram em torno da desoneração fiscal, burocrática e do aprimoramento da regulação sanitária e econômica da indústria farmacêutica, no sentido de liberar as amarras que sugam recursos financeiros das empresas, inibem o processo de inovação e retardam o lançamento de produtos inovadores”. Em paralelo, o Sindusfarma tem dado ênfase especial à qualificação setorial, como forma de incorporar produtos e tecnologias (reduzir importações) e tornar as empresas mais eficientes e competitivas (aumentar as exportações).

Em relação a iniciativas empreendidas em parceria com órgãos do governo, ele destaca que algumas ações no âmbito da Anvisa já começam a surtir efeito, com reflexos positivos no comércio exterior. “Em termos mais amplos, os programas Profarma I e II, que o BNDES gerencia desde 2004, contribuíram para a consolidação do setor e o fortalecimento das empresas instaladas no País. E as PPPs, anunciadas recentemente pelo Ministério da Saúde, podem desempenhar um papel importante no processo de incorporação de tecnologias e no desenvolvimento do complexo farmacêutico e far-

Divulgação Sindusfarma



Mussolini, Vice-Presidente Executivo do Sindusfarma

macêutico”, destaca Nelson Mussolini.

Para o Vice-Presidente do Sindusfarma, no entanto, há algumas medidas que ainda poderiam ser tomadas pelo governo para alavancar ainda mais esse processo. “São medidas conhecidas, básicas, reivindicadas há muito tempo. A reforma

tributária é uma delas. A elevadíssima carga tributária que incide sobre os medicamentos – equivalente a 33,9% do preço final ao consumidor – mina a capacidade financeira das empresas e desvia recursos que poderiam ser investidos na produção e na prospecção de mercados”, afirma. O aumento do montante disponível nas linhas de financiamento destinadas ao setor farmacêutico e farmacêutico é outra medida importante para o fortalecimento da cadeia.

Neste cenário, há importantes desafios a serem vencidos pela indústria brasileira para aumentar sua capacidade produtiva e o seu portfólio de produtos, tanto para o mercado interno como externo. “A indústria farmacêutica instalada no Brasil vem aumentando e modernizando sua capacidade produtiva e ampliando seu portfólio de produtos desde meados dos anos de 1990. Essa evolução é atestada pelo crescimento contínuo das vendas de medicamentos no mercado interno e das exportações”, destaca.

O grande desafio, agora, segundo Nelson Mussolini, é garantir um ambiente de negócios propício a que o setor continue ampliando os mercados interno e externo e criar as condições que aproximem o complexo farmacêutico e farmacêutico do País das novas fronteiras científicas e tecnológicas, como a biotecnologia.